

Comissão Especial para análise, estudo e formulação de proposições relacionadas à Lei 8.666 - CE LEI DE LICITAÇÕES (CELICITA)

Banco Interamericano de Desenvolvimento no Brasil



Participação do BID na América Latina e Caribe (ALC)

- A participação financeira do BID na ALC é de **1-3%**
- O BID financia **30.000 contratos** por um valor de **US\$4-5 mil milhões**
- **2.000** principais contratos representam **90%** do valor total



Funções e Responsabilidades relacionadas com aquisições

Mutuário / Agência Executora - executa operações e é responsável por:

- planejamento
- avaliação
- Adjudicação de contratos
- Administração de Contratos

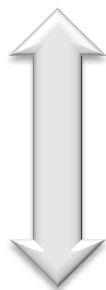


- Políticas de Aquisições do BID
- Acordo para sistema país validado

BID financia projeto e supervisiona o cumprimento

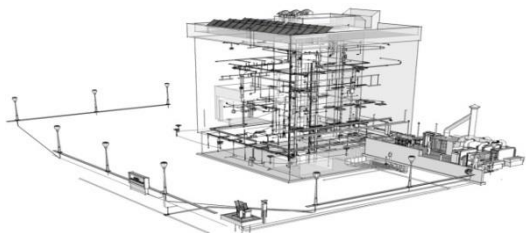


BID não tem nenhuma relação contratual com a **comunidade empresarial**



Editais
Contrato

Comunidade empresarial identifica oportunidades, apresenta propostas, assina contratos com Mutuário e executa o contrato



concepção/desenho e planejamento

seleção e
adjudicação do contrato

gestão de contratos



Assessoria técnica do BID e regulamentos nacionais e operacionais



BID faz supervisão com base nas:

Políticas de Aquisições para Bens e Obras (GN-2349-9)
Políticas de Aquisições para Serviços de Consultoria (GN-2350-9)

Política de Uso dos Sistemas Nacionais (GN-2538)



Assessoria técnica do BID, regulamentos nacionais e supervisão do BID

Objetivos das reformas dos Sistemas de Compras Públicas em ALC



Abastecimento e entrega de bens e serviços

Obtenção dos Bens e Serviços requeridos nas quantidades, tempo e lugar estabelecidos



Controle e conformidade

Conformidade com a regulação torna-se um elemento chave para prever situações de fraude e corrupção.



Uso eficiente dos recursos

Implica não gastar mais do que o necessário ou obter a maior quantidade de Bens e Serviços, dada uma quantidade de dinheiro fixa



Prestação de contas

O principal objetivo é mostrar que o trabalho está sendo bem realizado; que os Bens e Serviços são adquiridos conforme ao princípio do melhor uso dos recursos



Value for money

Não só o preço é importante (o preço/qualidade), mais que o valor dos Bens e Serviços adquiridos, os mesmos devem contribuir para os objetivos e funções da organização



Objetivos estratégicos

Contribuir ao alcance das metas e objetivos do setor público. As compras públicas são utilizadas como meio para criar empregos, fortalecer a indústria, apoiar às MPEs, promover o desenvolvimento regional, a inovação e a sustentabilidade

Processos de reformas em América Latina e Caribe

- ❑ Nos últimos 10 anos, ao menos 20 países da região tem empreendido importantes processos de reforma do seus sistemas de compras e contratação pública.

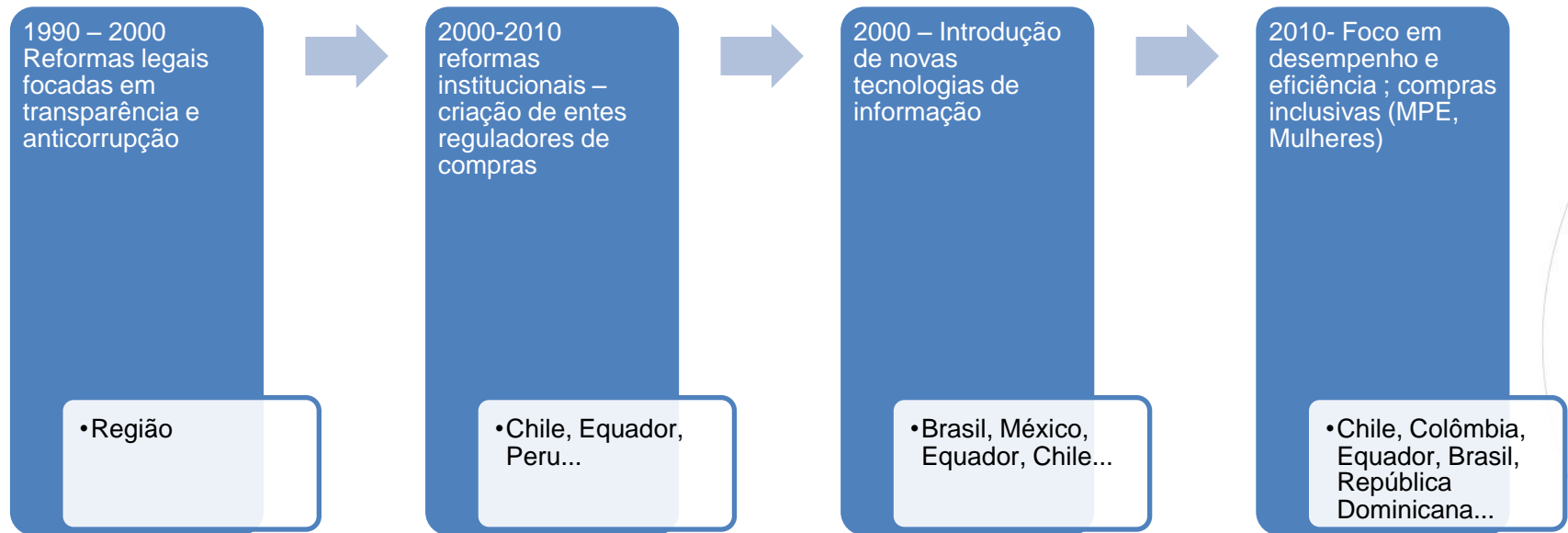
- ❑ Entre os principais objetivos das reformas:
 - ✓ Obter **maior valor para o dinheiro e melhorar a eficiência** na utilização dos recursos públicos
 - ✓ **Melhorar a eficácia** dos processos de aquisição e contratação
 - ✓ **Incrementar a transparência** como meio para impulsar a prestação de contas e a participação cidadania no monitoramento das contratações públicas
 - ✓ **Incorporar objetivos complementares** nas compras públicas (sustentabilidade, inovação, apoio a pequenas empresas, etc.)

- ❑ Gradualmente os países passaram de uma visão baseada no controle e na normatividade a uma visão baseada em resultados.

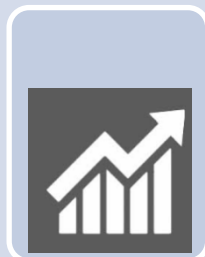
O BID tem acompanhado a maioria dos processos de reforma na região e promove ativamente a modernização, fortalecimento e utilização dos sistemas nacionais de compras públicas



Reformas destacadas dos Sistemas de Compras Públicas - ALC



Resultados dos processos de reforma na ALC



15%

US\$800 bi

Participação das compras públicas no PIB



70%

US\$560 bi

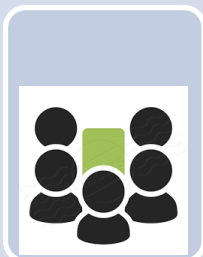
Contratos publicados na Internet



13.7%

US\$33 bi

Economia na Aquisições de B&S em 2012



300%

Aumento na participação de fornecedores



40%

Redução de custos de estoque e de administração



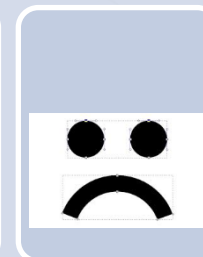
60%

Participação de MPE no fornecimento de B&S



50%

Redução de tempos de entrega



30%

Redução de Processos desertos - fracassados

Fontes de Boas práticas e desenvolvimentos recentes

Ano	Organismo	Documento
1996	OEA	Convenção Interamericana contra Corrupção Estabelece a obrigação dos Estados Partes de estabelecer sistemas para a aquisição de bens e serviços por parte de Estado que assegurem a publicidade, equidade y eficiência.
2003	ONU	Convenção das Nações Unidas contra Corrupção Estabelece a obrigação dos Estados Partes de tomar as medidas necessárias para estabelecer sistemas adequados de contratação , com base na transparência, concorrência e em critérios objetivos na tomada de decisões eficazes para prevenir a corrupção .
2007	OECD	Integridade em Contratação Pública. Boas Práticas de “A” a “Z” e Diagnostico MAPS Recomendações para integridade nos contratos públicos, em resposta à falta de transparência e responsabilidade na gestão de contratos, elemento identificad como a principal ameaça para a compra pública pelo Fórum Global de Governança da OCDE de 2004.
2008	OECD	Recomendações da OECD sobre Contratações Públicas Estabelece recomendações sobre eficiência, eficácia, transparência e integridade em contratações públicas.
2008	OECD	Princípios de Integridade nas Contratações Públicas Constitui um guia para os governos na implementação dos instrumentos jurídicos internacionais desenvolvidos pela OCDE , ONU, OMC , União Europeia e outros. Dez princípios da transparência, gestão, acompanhamento, controle , integridade e responsabilidade em matéria de contratos públicos .
2011	UNCITRAL	Lei Modelo da UNCITRAL sobre Aquisições Públicas Contém procedimentos e princípios para uma utilização óptima dos recursos e evitar abusos no processo de licitação. O texto promove a transparência , objectividade, equidade e participação , bem como a competência e integridade , para satisfazer esses objectivos .
2013	UE	Revisão das diretrizes Aquisição
2013	OMC	Revisão do Acordo sobre Aquisições
2015	OECD	Recomendações da OECD sobre Compras Públicas Estabelece 12 princípios para promover a eficiência, eficácia, transparência, imparcialidade, competência, integridade prestação de contas em compras Pública.

Tendências atuais em compras públicas

- Uso de **tecnologias da informação**, incluindo pregão eletrônicos, sistemas de inteligência de negócio, etc...
- Avaliação mais abrangente do preço (análise **custo-benefício** ou **custo-eficiência**) e utilização de **fatores não monetários** permitem compromissos entre fatores monetários e não monetários (relação **preço / qualidade** na nova Diretiva da EU ou *Value for Money*) (UK, USA)
- Permitir as **negociações** com os fornecedores (diálogo competitivo – EU)
- **Preferência nacional** e para **MPEs** nacionais
- Maior foco no **planejamento** e **gestão de contratos**
- Reconhecimento da importância dos **compradores** públicos e do seu **treinamento** (**profissionalização** dos compradores públicos)

Aplicar o autodiagnostico MAPS, ferramenta desenvolvida pela OECD:

- **Antes das reformas:** para identificar boas práticas e oportunidades de fortalecimento
- **Depois das reformas:** para medir os resultados obtidos

Obrigado

